

PUBLICAÇÕES DO CENTENÁRIO DO INSTITUTO MONSENHOR AIROSA

ANTÓNIO DA COSTA LOPES

CEM ANOS DE BEM-FAZER

As Dominicanas Portuguesas no Instituto Monsenhor Airoso



BRAGA

1 9 7 8



)
1.2(469)(04)
DP

**AS DOMINICANAS PORTUGUESAS
NO INSTITUTO MONSENHOR AIROSA**

PUBLICAÇÕES DO CENTENÁRIO DO INSTITUTO MONSENHOR AIROSA

ANTÓNIO DA COSTA LOPES

CEM ANOS DE BEM-FAZER

As Dominicanas Portuguesas no Instituto Monsenhor Airoso



Perm.

Boralline

BRAGA

1 9 7 8

DO MESMO AUTOR:

- Gomes Pereira / Estudo bio-bibliográfico.* Barcelos, 1950.
Pequena história dum grande seminário. Braga, 1950. Esgotado.
Gil Vicente e o papa. Braga, 1965 (2.^a edição).
Realismo do senso comum e realismo da ciência na filosofia de Meyerson. Braga, 1959.
Martim de Ginzo, jogral português. Braga, 1963 (2.^a edição).
Meyerson e a teoria do conhecimento. Braga, 1961.
O pessimismo filosófico de António Feijó. Braga, 1962.
A naturalidade portuguesa do jogral Martim de Ginzo / Anotações críticas. Braga, 1964.
Existencialismo e literatura. Braga, 1965.
Os dominicanos e a filosofia. Braga, 1966.
A linguagem doutrinal e a história das ideias, segundo S. Tomás de Aquino. Braga, 1967.
Leibniz visto por Meyerson. Braga, 1967.
A santificação pela missa / Notas de teologia dogmática, ascética e pastoral. Braga, 1968.
No centenário do Instituto Monsenhor Airosa / Opúsculo informativo e comemorativo. Braga, 1970.
Reeducar / Documentação viva sobre um difícil tema. Braga, 1970.
Pontevedra em Barcelos. Barcelos, 1971.
Do positivismo ao agnosticismo panteístico, no poeta Feijó. Braga, 1972.

PRÓXIMA PUBLICAÇÃO:

Teoria geral do conhecimento humano.

Separata das

ACTAS DO I ENCONTRO SOBRE HISTÓRIA DOMINICANA (1977)

À BENDITA MEMÓRIA DA
IRMÃ MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO COSTA,
MADRE GERAL DAS DOMINICANAS PORTUGUESAS,
FIEL E ENTUSIASTA ADMIRADORA
E IMITADORA DE D. TERESA DE SALDANHA
(ATÉ NO SEU AMOR AO INSTITUTO MONSENHOR AIROSA)
E TÃO TRAGICAMENTE SEPARADA DO NOSSO CONVÍVIO TERRENO,
COMOVIDAMENTE DEDICO ESTAS PÁGINAS
NO DIA DO SEU FUNERAL,
25 . I . 1978.

I

CONTEXTO HISTÓRICO

(1625-1883)

Em 18.VIII.1869, sob a designação de *Casa d'Abrigo*, inaugurou-se em Braga, com a aprovação do respectivo prelado diocesano, uma caridosa instituição — a primeira e, durante muitos anos, a única do género em Portugal — cuja finalidade era, como ainda hoje é, proporcionar alojamento, orientação educativa, meios de trabalho e ensino a jovens do sexo feminino em situação de carência sócio-familiar ou necessitadas de protecção preventiva ou de reabilitação e reintegração.

Atenta essa finalidade e a inspiração cristã que presidiu àquela inauguração, facilmente se compreende que em 1874 a instituição viesse a receber, com os estatutos civil e eclesiasticamente aprovados, uma nova designação, que substituiu a primeira: ficou-se a chamar *Colégio de Regeneração*. «Regeneração», na verdade, é palavra que em todo o cristão se realiza já desde o baptismo — «banho de regeneração (παλιγγενεσία) e renovação» ⁽¹⁾ —, com as respectivas consequências e exigências de progresso e recuperação, na fé e nos bons costumes, pela vida fora. Acresce, ainda, que, para além deste religioso e nobre conceito, o vocábulo gozava então de certa aura em Portugal: falar de «Regeneração» era lembrar um período de 17 anos, que, iniciado em 1851, se caracterizou pela «preocupação em fomentar o progresso material do País dotando-o das infra-estruturas e dos meios financeiros necessários», e «durante o qual se construíram e instalaram no País estradas, caminhos-de-ferro, telégrafos, e se desenvolveram a agricultura, a indústria e o comércio, recuperando-se atrasos acumulados em dezenas de anos de lutas que o País suportara» ⁽²⁾; em especial

⁽¹⁾ *Epístola de S. PAULO a Tito*, III, 5.

⁽²⁾ *Verbo / Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, s.v. *Regeneração (Hist.)* — artigo de M. QUARTIN GRAÇA. Cf. também, nesta mesma *Enciclopédia*, o artigo de H. MA-

quanto a Braga, baste dizer que, precisamente em 1873, começou a publicar-se ali um bissemanário político (órgão do Partido Regenerador) com o título de *A Regeneração* ⁽³⁾.

De qualquer modo, convém salientar que esta circunstância histórico-política foi apenas ... uma circunstância: terá contribuído, quando muito, para a melhor aceitação, por parte de muita gente, do referido segundo nome da instituição; politicamente apartidário como sempre tem sido, é a intuição e pontos de vista puramente caritativos que o estabelecimento deve a sua origem e a sua continuada existência e expansão. Aliás, e à semelhança do que, sobretudo hoje, acontece com tantas palavras, o próprio tempo se encarregou de alterar semanticamente o uso daquele nome, aplicado à instituição: passados cem anos sobre a fundação desta em 1869, «Regeneração» era agora uma palavra estigmatizante, prejudicial sobretudo à promoção e ao futuro das educandas.

Por isso, e também para se render justíssima homenagem ao Fundador e primeiro Director, no ano do primeiro centenário do estabelecimento (1969) foi o dito segundo nome substituído pela actual designação de *Instituto Monsenhor Airosa* (IMA), também esta civil e eclesiasiticamente sancionada ⁽⁴⁾. Na verdade, o Instituto fora inicialmente «criado pelo Padre João Pedro Ferreira Airosa, da mesma cidade [de Braga], auxiliado pelo falecido Padre João Carlos [aliás, Carlos João] Rademaker, de Lisboa, e por uma comissão de senhoras», conforme escreveu em 1892 o próprio Mons. Airosa (1836-1931) na *Memória* que, a pedido do Dr. Bernardino Machado, apresentou ao Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano de Madrid (Secção Portuguesa) ⁽⁵⁾.

Como tantas vezes sucede na história das pessoas colectivas, não houve só mudanças quanto ao nome da instituição: houve-as também quanto ao seu local de funcionamento. O IMA teve o seu primeiro assento na Rua do Areal,

CHADO sobre *Fontes Pereira de Melo*, primeiro titular do Ministério das Obras Públicas, por ele criado em 1852, e principal animador e realizador dos ideais da «Regeneração».

⁽³⁾ Cf. A. LOPES DE OLIVEIRA, *Imprensa bracarense*, Braga, 1976, p. 157.

⁽⁴⁾ Passados dois anos, a Direcção-Geral da Assistência tinha ainda razões para insistir em que se mudassem os nomes por que eram conhecidas certas instituições assistenciais: cf. a respectiva *Circular normativa* n.º 5/71, de 6.XII.1971, cujo «assunto» era, precisamente, a «mudança das denominações das instituições particulares de assistência que contenham expressões susceptíveis de comportar inconvenientes de ordem psicológica para os assistidos ou de qualquer modo atentatórias da sua dignidade».

⁽⁵⁾ Desta *Memória* existem duas edições, ambas de 1892: a de Coimbra (Imprensa da Universidade) e a de Braga (Imprensa Independente). Menor, quanto ao formato, do que a de Coimbra, a edição de Braga tem mais páginas, sendo também o respectivo texto um pouco mais extenso, além de anotado.

de onde foi transferido em 1871 para a Casa da Armada; nova mudança de lugar se verificou depois, em Setembro de 1874, para a Casa do Avelar de Baixo, e em Dezembro de 1883, definitivamente, para o edifício do extinto Convento da Conceição.

Ligada à memória de uma ilustre dama portuguesa do século XV, recentemente canonizada — Santa Beatriz da Silva —, a história deste convento bem merece aqui uma nótula histórica, forçosamente breve. Com efeito, foi precisamente no lugar do actual Instituto Monsenhor Airoso que se erigiu, de 1625 a 1629, o primeiro convento português da Ordem da Conceição, fundada por aquela santa e aprovada pelo papa Inocêncio VIII em 1489. E de tal modo ele prosperou, que já no século imediato merecia a publicação (Lisboa, 1766) do seguinte livro de XXXII + 196 páginas: *Jardim do Céu, plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga, em que se trata das memórias da fundação deste primeiro convento do Reino dedicado à Conceição Puríssima de Nossa Senhora, e se expõem a vida da Venerável D. Beatriz da Silva, fundadora desta Ordem, e as de outras religiosas ilustres em santidade, que no referido convento floresceram desde o ano de 1629 até o de 1764. [...] Composto pela M.^e Maria Benta do Céu, religiosa professa no mesmo Convento da Conceição de Braga.*

Aí se lê que a edificação do convento, com o respectivo claustro, a adjunta igreja (esta, em lugar diferente do da actual), etc., se devera a dois «veneráveis fundadores», ambos eles sacerdotes bracarenses: o Dr. Geraldo Gomes (principal fundador), cónego da Sé de Braga, e o seu irmão Dr. Francisco Gomes. Os dois irmãos, «enquanto viveram, cuidaram muito no aumento das rendas do convento e na exacta conservação de sua religiosa observância; [...] e, doando quanto tinham a esta Casa, chegaram voluntariamente a tanta pobreza, que, quando morreu o Venerável Cónego, foi preciso que seu sobrinho Diogo Pinto Pimenta lhe fizesse todos os gastos do funeral».

Mas, já que de simples apontamento se trata, passemos, sem mais, ao fim do século XIX:

O desgaste do tempo (melhor dito: a humana fraqueza e malícia) fez com que, em Outubro de 1869, nesse importante convento já só houvesse duas religiosas ⁽⁶⁾. E em 1883, por morte da última (abadessa Maria Adelaide do Sacramento), ficava extinto o velho convento, cujo edifício — diz Mons. Airoso na citada *Memória* — estava «em completa ruína».

Entretanto, nem tudo era ruína em Portugal. Em 1868, ano anterior ao da inauguração da «Casa d'Abrigo», uma nova congregação religiosa feminina ensaiava os seus primeiros passos: era a Congregação das Irmãs Dominicanas

(6) Cf. B. J. de SENA FREITAS, *Memórias de Braga*, t. III, Braga, 1890/1891, p. 212.

de Santa Catarina de Sena («Dominicanas Portuguesas») ⁽⁷⁾, às quais tem estado confiado, desde 1877 até hoje, o regime interno da grande obra assistencial de Mons. Airosa.

Extinto, pois, o Convento da Conceição em 1883, neste mesmo ano, como disse, ele passou a ser (e, sucessivamente restaurado, adaptado e aumentado, ainda hoje é) o edifício-sede do IMA, deste modo se cumprindo o que já fora determinado por lei de 19.V.1880.

Compreende-se, portanto, que, a exemplo de Mons. Airosa, também os seus sucessores, bem como as beneméritas Dominicanas Portuguesas, ali sucessoras das antigas religiosas concepcionistas, respeitem e acautelem tudo o que ali se refere à história, às gloriosas tradições e às relíquias do extinto convento. Assim, a própria bandeira do IMA — cruz azul em campo branco — mantém as duas cores distintivas da Ordem fundada por Beatriz da Silva. E compreende-se também o renovado interesse despertado pela recente glorificação desta santa e manifestado de diversos modos no IMA, que é o actual possuidor de monumentos e objectos como os seguintes:

1) Parte monumental do antigo convento, salientando-se o primitivo claustro seiscentista, a esplêndida Igreja da Conceição, do século XVIII, o mirante e a muralha.

2) Relicário com os «ossos da Venerável Madre Custódia Maria do Sacramento», religiosa concepcionista do antigo convento, e pedra sepulcral da mesma religiosa, com inscrição.

3) Livrinho manuscrito, encadernado, com iluminuras, boa caligrafia e sinais de haver sido bastante usado. Começa pela *Forma de dar o hábito às noviças da Puríssima Conceição*, a que se segue o *Regimento da profissão das madres religiosas da Puríssima Virgem da Conceição* e a *Benedita de Nossa Senhora*.

4) *Livro das eleições*, manuscrito, da Confraria do Santíssimo Sacramento, também denominada «Confraria do Senhor», do Convento da Conceição de Braga (1700-1743). Sem capa e danificado nas primeiras folhas, assim o encontrei em Dezembro de 1976 fora do IMA, para onde logo o consegui fazer voltar.

5) Livro manuscrito e encadernado, que contém as *Constituições para as religiosas descalças de Nossa Senhora da Conceição* e a respectiva *Regra da Puríssima Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa*, umas e outra respeitantes ao convento de Chaves (1715). Na fl. 78 v. refere-se expressamente ao convento de Braga ⁽⁸⁾.

⁽⁷⁾ Cf. MARQUESA DE RIO MAIOR (MARIA ISABEL D'ANUNCIAÇÃO), *Fundação da Ordem das Terceiras de S. Domingos em Portugal*, Lisboa, 1923, p. 108.

⁽⁸⁾ Sobre as relações do convento de Chaves com o de Braga cf. ainda fls. 79,

II

CEM ANOS DE BEM-FAZER

(1877-1977)

«O governo interior deste estabelecimento foi confiado desde o dia 12 de Abril de 1877 às Religiosas de S. Domingos do Colégio de S. José, em Benfica» — assim se lê na *Breve notícia acerca do Colégio de Regeneração da cidade de Braga* (Braga, 1880).

Perguntar-se-á: a quem estava confiado o regime interno do Instituto desde 1869 até 12.IV.1877? e por que motivo e de que modo, nesta última data, foi esse regime confiado às Irmãs Dominicanas Portuguesas?

Quanto à primeira pergunta, sabe-se que «a direcção e governo interno», até 12.IV.1877, foram «sempre desempenhados com maior interesse e zelo» sob a chefia de, pelo menos, três directoras internas («regentes»), a última das quais já «tinha sido regente no Recolhimento de S. Gonçalo» ⁽⁹⁾.

Como se vê, «interesse e zelo» não faltavam. Mas isso não bastava, já que a tarefa educativa e reeducativa do Instituto visava a formação integral das educandas, a qual devia passar, além do mais, «pela instrução e pelo trabalho», como escrevia Mons. Airosa na citada *Memória* apresentada ao congresso de Madrid. Note-se, nesta referência, o prioritário lugar concedido à «instrução», a qual, inclusive sob a forma de intensa e variada animação cultural, ainda hoje, ou sobretudo hoje, é uma das características educacionais do Instituto, sem desprimor para as tão apreciadas actividades manuais lá desenvolvidas (tecelagem, costura, bordados, etc.).

98 v.-99, e também M.^e MARIA BENTA DO CÉU, *Jardim do Céu*..., já cit., pp. 31, 147-154, 165.

⁽⁹⁾ A. PINHEIRO TORRES, *Memória histórica do Colégio de Regeneração*, 2.^a edição, Braga, 1905, p. 58.

Quanto à segunda pergunta, a chave da resposta encontra-se no *Registo de visitantes e benfeitores da Casa d'Abrigo* e, mais ainda, no primeiro *Livro das actas* da Assembleia Geral e da Direcção. O manejo, porém, dessa chave só é possível tendo-se em conta duas circunstâncias: a primeira é o facto de o famoso P. Rademaker ter sido em Portugal, e nomeadamente em Lisboa e Braga, o grande promotor e iniciador das associações das Filhas de Maria, tendo sido ele próprio director de uma associação em Lisboa e fundador da de Braga ⁽¹⁰⁾; a outra circunstância, ligada à primeira, é a de serem «pertencentes à Pia União das Filhas de Maria» as senhoras que, como vimos, colaboraram na iniciativa da fundação da «Casa d'Abrigo» e que generosamente auxiliaram o nascente Instituto com «importantes esmolos» — provenientes, estas, de associadas «de Lisboa, Porto, Guimarães, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Basto, Lousada e Arcos» ⁽¹¹⁾.

Pois bem: logo no princípio daquele *Registo*, lá está a assinatura do «P.^e Carlos J. Rademaker (Lisboa)»; e pouco mais adiante, com a data de 12.VII.1876, mais três assinaturas de gente de Lisboa: D. Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa, D. Maria José Barros de Castro e D. Maria Catarina de Ricci das Sagradas Chagas. Vê-se, pois, que já em 1876, antes de assumirem a direcção interna do Instituto bracarense, as Irmãs Dominicanas Portuguesas tinham dele conhecimento directo: a visitante D. Teresa de Saldanha, filha dos Condes de Rio Maior, era a madre fundadora daquela congregação religiosa, embora só mais tarde (1887) vestisse o hábito e fizesse a primeira profissão religiosa; quanto a D. Maria José, «pode-se dizer que esta religiosa exerceu as funções de superiora geral da Congregação, embora o não tenha sido, até que a Fundadora, pouco depois da sua profissão, pôde tomar conta do mais alto cargo da Ordem» ⁽¹²⁾; e a terceira visitante, chamada também Maria Catarina de Ricci Andrade, foi — pouco depois, viria a ser — a primeira superiora (prioressa) da comunidade religiosa do IMA.

Ainda mais esclarecedor é o *Livro das actas* — mais concretamente, a acta da reunião da Direcção de 1.VII.1877. Nesse documento — escrito *post factum*, como é óbvio — lê-se que «o P.^e Director [Padre Airosa] pediu a palavra e declarou que, atendendo às poucas habilitações das actuais Regente e Mestra, pois nem sequer sabiam escrever, havia necessidade urgente de prover o Colégio de Regente e Mestras competentes; que, já desde muito, pensava

⁽¹⁰⁾ Cf. A. PINA, *Carlos Rademaker*, Porto, 1967, sobretudo pp. 175, 187, 192, 270, 273.

⁽¹¹⁾ Cf. *Relatório do Colégio da Regeneração de Braga*, Braga, 1876, pp. 3, 5, 6.

⁽¹²⁾ Cf. J. E. de LIMA VIDAL (que foi arcebispo-bispo de Aveiro), *D. Teresa de Saldanha e as suas Dominicanas*, Cucujães, 1938, pp. 69, 325-326.

nisto; e que, vendo a grande dificuldade de encontrar, entre as pessoas seculares, Senhoras com as qualidades precisas, se lembrara de recorrer à Superiora das Religiosas Dominicanas do Colégio de S. José em Lisboa, a fim de ver se lhe seria possível conseguir algumas das Religiosas daquela Casa; e que a Superiora, à força de rogos e instâncias, e atendendo à caridade que faria em concorrer para o bem e salvação das recolhidas, prometia mandar duas ou três das suas Religiosas para este fim [...]. E esta proposta de tanta vantagem foi unanimemente aprovada [...]. Por esta ocasião pediu o P.^e Director um voto de louvor para a Ex.^{ma} Sr.^a Superiora do Colégio de S. José de Lisboa, pela sua caridade em ceder as Religiosas, e para a Ex.^{ma} Sr.^a D. Teresa Saldanha e para o Ex.^{mo} Sr. P.^e Franco Sturzo, que tanto o auxiliaram nesta empresa».

Esta menção do P. Sturzo, junta e conexa com a menção de D. Teresa de Saldanha, permite dar suficiente resposta à pergunta que Lima Vidal ⁽¹³⁾, ainda em 1938, assim formulava, num tom de certa estranheza:

«Mas como foi que ele [P. Airosa] se lembrou da Madre Geral [D. Teresa de Saldanha] e das suas Filhas Dominicanas? O nome da Congregação ainda não retumbava em Portugal, como ainda hoje não retumba muito. Mal então se sentia um vago no berço.»

Repare-se nisto apenas: jesuíta como o P. Rademaker, o P. Sturzo estava muito relacionado em Lisboa com a associação das Filhas de Maria, da qual chegou a ser muito estimado director e da qual também foram dirigentes a Condessa de Rio Maior e sua filha D. Teresa de Saldanha ⁽¹⁴⁾. A conclusão deve, portanto, ser a seguinte: foi por intermédio das Filhas de Maria que Mons. Airosa, assim como dera início ao Instituto, assim também se relacionou com a Congregação das Irmãs Dominicanas Portuguesas e conseguiu a vinda destas para Braga, há exactamente um século.

Historiada a vinda das Irmãs para a Cidade dos Arcebispos, que dizer da acção das Dominicanas Portuguesas no Instituto?

Com o andar do tempo, a antiga «Casa d'Abrigo» foi crescendo em número de educandas e, portanto, em exigências quanto a instalações e a pessoal: em 1892, segundo a referida *Memória*, eram já 12 as Irmãs, para 90 educandas (subia então já a 508 o número das alunas que tinham por lá passado desde 1869). E, com o ulterior crescimento e desenvolvimento da instituição, foi necessário, como ainda hoje é e sempre será, recorrer a mais pessoal

⁽¹³⁾ D. Teresa de Saldanha ..., já cit., pp. 172-173.

⁽¹⁴⁾ Cf. MARQUESA DE RIO MAIOR, *Fundação* ..., já cit., pp. 54, 56, 65, 88-90; A. PINA, *obra cit.*, pp. 188, 200, 254.

e a mais colaborações, para além do também aumentado número de religiosas educadoras. Assim, relativamente a 31.XII.1977, indicam-se os números seguintes: 146 educandas no IMA; 17 Irmãs (o quadro de pessoal compreende, além das Irmãs, mais 8 unidades); e cerca de 3 000 entradas de alunas desde a fundação do IMA ⁽¹⁵⁾.

Ainda quanto ao número de educandas, observa-se, nestes últimos anos, grande aumento de pedidos de admissão (nem sempre atendidos, por a capacidade máxima do Instituto nem sempre consentir), provenientes das mais diversas regiões do País, sobretudo, mas não só, a norte do Tejo. A propósito se refere que, desde 1869, têm passado pelo IMA educandas procedentes de todos os distritos de Portugal continental, bem como dos Açores e da Madeira, de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Espanha, Estados Unidos da América, França e Luxemburgo.

Apontar estes dados já é falar da acção das Irmãs, pois a elas continua entregue a enorme responsabilidade do regime interno do Instituto. Mas a história diz-nos mais. Assim, na referida *Breve notícia acerca do Colégio de Regeneração*, de 1880, liam-se já estas palavras, que ainda hoje conservam toda a sua actualidade: «Não cabendo aqui o elogio (aliás merecido e justo) às virtuosas e humildes filhas de S. Domingos, pelo acerto, prudência, zelo e caridade com que têm desempenhado o difícil e espinhoso encargo que lhes foi confiado, limitar-nos-emos a dizer somente uma verdade geralmente reconhecida, a qual é: que o Colégio tem melhorado e prosperado dum modo notável desde que para ali foram as Irmãs».

Quanto a resultados daquela acção nos anos mais recentes, bastará indicar dois factos apenas: segundo rigorosa estatística elaborada em 1977, continua a ser muito alta e animadora a percentagem de ex-alunas que perseveraram no bom comportamento; e, mercê da evolução progressiva do Instituto nestes últimos anos, também o nível das colocações ou ocupações das ex-alunas do IMA tem subido (há-as, agora, não só em bons empregos, mas até em postos educativos de instituições assistenciais, na enfermagem, a fazer o curso universitário, etc.).

Mas ... poder-se-á fazer a história — a história toda — da acção educativa das Irmãs no Instituto desde há cem anos?! «A história — disse alguém a este mesmo propósito — não pode fazer-se neste mundo, porque muito da caridade humana só tem a Deus como testemunha e só pode ter o Céu como prémio.

(15) Mais exactamente: 2 547 entradas de alunas internas, mais um número indeterminado — cerca de 400 era o número alcançado em 1923 — de alunas da oficina semi-interna de tecelagem, verdadeira escola industrial que no IMA funcionou, durante cerca de trinta anos, a partir de 1894.

De muita caridade humana não se pode fazer controle, não se pode fazer lista — tem de se esperar a eternidade» (16).

Nem se julgue despropositado falar aqui de «Deus» e da «eternidade»: são palavras nas quais se resumem os intuitos e critérios de acção das Irmãs no Instituto, que é, no dizer de Lima Vidal, já citado, «o altar da maior imolação das Religiosas Dominicanas». Na verdade, tal como a célebre Irmã Teresa de Calcutá, também as verdadeiras filhas espirituais de D. Teresa de Saldanha não prestam um serviço social de perspectivas e técnicas meramente humanas: enriquecem-no, antes, com as perspectivas e técnicas de um verdadeiro Serviço de Deus. E elas lá sabem por quê («de coisas no ar, não gosto» — escreveu D. Teresa de Saldanha).

Aliás, historicamente falando, nem outra coisa era de esperar: filhas dilectas da Santa Igreja como as antigas religiosas do Convento da Conceição, as Dominicanas Portuguesas vieram trabalhar — e trabalham mesmo! — numa Obra e num edifício que historicamente seriam ininteligíveis sem o sacerdócio cristão de Mons. Airosa e dos dois fundadores seiscentistas.

(16) Palavras de D. Manuel Ferreira Cabral, Bispo de Dume e então Vigário Capitular de Braga, na conceituosa homilia proferida na Igreja da Conceição, do IMA, em 29.IV.1977, dia de Santa Catarina de Sena.

Composto e impresso na
Tipografia Barbosa & Xavier, Lda. — Braga

biblioteca
municipal
barcelos



28631

As dominicanas portuguesas no
Instituto Monsenhor